

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do MT Class.: Nambiquara

Data: 03/08/94 Pg.: 410

# Sogro de Tampinha fica preso

**Brasília** - O juiz substituto da 8 Vara Federal, Carlos Alberto Simões, decretou ontem a prisão preventiva do assessor e sogro do deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT), Gerard Jean Trechand, preso em flagrante anteontem ao tentar subornar um funcionário da Funai, advogados de Trechand tentaram, sem sucesso, libertá-lo da carceragem da Polícia Federal, onde ele passou a noite.

Em depoimento prestado na noite de anteontem, poucas horas depois do flagrante, Gerard Trechand tentou livrar as acusações

contra o deputado José Curvo. O assessor ofereceu R\$ 640 mil ao chefe do Departamento de Patrimônio Indígena (DPI), Odenir Pinto de Oliveira, para que ele interrompesse a fiscalização nas madeiras da região do Vale do Guaporé (MT). Trechand disse que, apesar de o deputado estar informado dos contatos com o dirigente da Funai, não falava em nome dele. O sogro de Curvo alegou que estava representando o interesse de madeiras.

A Polícia Federal pretende pedir a Justiça a quebra de sigilo bancário de Trechand para desco-

brir a origem dos recursos que ele estava disposto a repassar ao funcionário da Funai. Os peritos do DPF querem identificar que donos de madeiras estavam financiando o suborno dos funcionários públicos para interromper a fiscalização da exploração de mogno e cerejeira nas reservas indígenas na região.

### Os nambiquara

A região habitada pelos índios nambiquara, no oeste de Mato Grosso e sul de Rondônia, tem sido um dos principais alvos dos madeireiros que atuam na

Amazônia. A situação na área é tensa, porque os madeireiros conseguiram o apoio de algumas tribos para o comércio da madeira, enquanto outras resistem a presença dos invasores. Já ocorreram inclusive conflitos com mortes entre os índios.

No ano passado, índios mataram madeireiros, incendiaram caminhões e apreenderam a madeira derrubada, mas também sofreram ataques, o que levou a Funai a montar barreiras em pontos estratégicos para impedir a ação dos invasores. A região é rica em madeiras nobres, como o mogno,

que já começam a desaparecer nas áreas em torno das áreas indígenas, já intensamente exploradas.

Os nambiquara estão divididos em vários subgrupos que, em sua maioria, só tiveram contato com o branco a partir da década de 70, com a abertura da rodovia BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho. A fiscalização montada este ano pela Funai, e que foi alvo da tentativa de suborno por Gerard Jean Trechand, assessor do deputado José Augusto Curvo (PL-MT), está prevista para impedir a retirada de madeira,

com a montagem de barreiras fixas nas cidades de Pontes e Lacerda (MT) e no posto fiscal 12 de outubro, situado na divisa com o Estado de Rondônia.

A ação de madeireiros atinge de forma agressiva outras reservas em Rondônia, Maranhão e Pará. Em Mato Grosso, na área dos índios kaipó, a Funai abriu inquerito no ano passado para investigar o envolvimento de funcionários do órgão na venda ilegal de madeira. O alvo principal é o mogno, uma árvore em extinção, com grande aceitação no mercado internacional.

## Mozer desmente envolvimento

O superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Hilário Mozer, disse ontem que está "indignado" com as acusações feitas contra ele por Gerard Jean Trechand, assessor e sogro do deputado José Tampinha Curvo (PMDB). Mozer foi acusado de participação em um esquema com a Funai (Fundação Nacional do Índio) e com um delegado da Polícia Federal não identificado, para a suspensão da fiscalização de madeiras no Vale do Guaporé, na divisa de Mato Grosso e Rondônia.

Hilário Mozer disse que se quisesse receber propinas para a liberação de madeira não precisaria envolver-se em nenhum esquema, mas simplesmente tratar a questão diretamente com os madeireiros, pois tem o poder de deliberar a apreensão e a liberação das toras. "Nunca vi esse tal Gerard".

Mozer ainda contestou a afirmação do sogro de Tampinha de que o deputado o teria indicado para a Superintendência do Ibama. "Quem me indicou foi a executiva de meu partido, que



Hilário Mozer, superintendente do Ibama está indignado

é o mesmo dele. Tenho a indicação por escrito" - revelou Mozer.

O superintendente do Ibama disse que existem no Vale do Guaporé, nos municípios de Comodoro, Pontes e Lacerda e Vila Bela, 11 mil metros cúbicos de cerejeira, mogno e cedrinho apreendidos devido à falta de documentos de origem da madeira. Segundo Hilário Mozer, o Ibama está fazendo a avaliação para levar o produto a leilão.

O pedido para leiloar a

madeira foi feito pelo Ibama no dia 12 de julho à Justiça Federal. A data de venda somente será definida depois do levantamento que está sendo feito.

O superintendente disse ainda que somente em junho autuou cinco madeiras no Vale do Guaporé, com multas num total de R\$ 100 mil. Segundo ele, a maior madeira da região, que atua em Pontes e Lacerda e é propriedade de Sebastião Bronski, está interdita há dez meses.

"Não liberamos um metro de madeira para ninguém" - acatou.

Os motivos da apreensão das toras são sempre os mesmos, a falta de documentos que comprovem sua origem. Há indícios de que a madeira possa estar sendo retirada de áreas indígenas localizadas na região.

Conforme Hilário Mozer, o Ibama tem vários inqueritos para apuração de exploração ilícita de madeira. Ele revelou que alguns funcionários foram afastados de sua função em postos do órgão no Vale do Guaporé por suspeitas de facilitar a extração de madeira.

O superintendente mostrou guias de Autorização para Desmatamento, preenchidas por servidores, para a retirada de 720 metros cúbicos de mogno em uma área de 50 hectares na região. "Isso é um absurdo, não existe. Em 50 hectares poderão existir no máximo, estourando, 145 árvores de mogno". Hilário Mozer afirmou que diversos casos como esse estão sendo investigados pelo Ibama.